

**Conselho Informal de Ministros de Agricultura
Mérida, 1 de Junho 2010**

AGRICULTURA E REFORMA DA PAC NA PERSPECTIVA DA ESTRATÉGIA UE2020

INTERVENÇÃO

António Serrano

Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Começo por cumprimentar de forma calorosa e encorajadora a Presidência Espanhola e a (Ministra) Elena pelo oportuno re-agendamento deste tema e pelo excelente documento de trabalho que colocou à nossa disposição.

A discussão deste tema na nossa reunião de Março contribuiu decisivamente para que o Conselho Europeu de Março tenha reconhecido de forma inequívoca que um sector agrícola produtivo, competitivo e sustentável, apoiado e incentivado pela PAC, constitui um importante contributo para a nova Estratégia UE2020.

Partilhamos a abordagem do documento da Presidência, quando retoma as reflexões de reuniões anteriores do Conselho (presidências Francesa, Checa e Sueca). E partilhamos também as premissas iniciais e linhas fortes do documento. Refiro-me, em particular, quer ao reconhecimento da capacidade de adaptação da PAC face a novos contextos e a renovadas expectativas da sociedade, quer na sua defesa como política orientada para o futuro, que responda a novos desafios e continue a evoluir, mas sem rupturas drásticas ou transições demasiado bruscas.

1 - A Estratégia UE2020 e a agricultura

Cara Elena e caros colegas,

É oportuno voltarmos ao tema da Estratégia UE2020. O caminho de saída da crise que ainda estamos a percorrer, numa conjuntura difícil para o processo de construção europeia, reforça a necessidade preconizada na Estratégia UE2020 de maior coordenação de políticas.

Estamos conscientes que no horizonte 2014-2020 todas as políticas e em particular a PAC, vão ter de dar atenção muito particular à eficácia na utilização dos seus instrumentos e dos recursos financeiros públicos que lhes são atribuídos.

Considero que devemos procurar promover o alinhamento da agricultura com as prioridades da Estratégia UE2020, enriquecendo a própria Estratégia, mas sem condicionar à partida o debate sobre as opções e o financiamento da PAC pós 2013.

2 - Prioridades, desafios e instrumentos da PAC pós 2013

Recentrando-me na PAC, reafirmo a importância de uma PAC forte, equilibrada, de carácter abrangente e assente nos seus dois pilares, traduzida em regras comuns e dotada de meios suficientes.

Portugal é favorável a uma Reforma que contribua para uma efectiva renovação da PAC, de modo a reforçar a sua legitimidade, equidade e eficácia. Contudo, julgo não serem necessárias mudanças drásticas, nem uma alteração radical ou brusca da trajectória definida nas mais recentes Reformas.

Devemos, em linha com as prioridades que presidiram às anteriores reformas, aprofundar o estímulo à competitividade e eficiência da agricultura europeia, com uma clara orientação para o mercado. Importa também manter a condicionalidade e reforçar a promoção de bens públicos nos domínios da qualidade e segurança alimentar, da protecção e valorização do ambiente, da biodiversidade e do bem-estar animal. Devemos, ainda, continuar a apoiar as zonas rurais menos favorecidas e ponderar no futuro de modo mais efectivo os critérios de equidade económica, social e territorial na definição de objectivos e na afectação de recursos.

Especial atenção merece a resposta aos novos desafios nos domínios da segurança alimentar, da volatilidade dos mercados e da resposta às alterações climáticas, o que implica reavaliar e melhorar o conjunto de instrumentos de regulação dos mercados e de gestão de riscos.

Portugal defende a manutenção dos pagamentos directos, como instrumento fundamental de suporte da viabilidade económica das explorações agrícolas e do modelo europeu de agricultura. Contudo, consideramos necessária a revisão dos seus fundamentos e critérios de distribuição, desligando-os progressivamente dos direitos históricos e associando-os quer à compensação pelo cumprimento das boas práticas agrícolas e ambientais e da condicionalidade que se situem acima dos níveis dos padrões dos nossos parceiros no comércio internacional, quer à produção de bens públicos que o mercado não remunera e de que a sociedade necessita e valoriza.

Da reforma global da PAC, incluindo os seus dois pilares, deve resultar o reforço dos pagamentos por bens públicos agrícolas e rurais, em linha com as expectativas dos cidadãos europeus.

Rejeitamos as derivas para a renacionalização da PAC, mas admitimos o reforço da aplicação do princípio da subsidiariedade.

A PAC pós 2013 implicará uma redistribuição de recursos entre Estados-Membros, regiões e agricultores. Será fundamental garantir que a repartição futura dos meios globais afectos à PAC e a cada um dos seus dois pilares é assente em critérios objectivos e equitativos, incluindo a dimensão da coesão económica, social e territorial e contemplando situações e necessidades específicas.

3 – Governança reforçada

Termino como iniciei. O alinhamento das políticas comunitárias com as prioridades da Estratégia UE2020 exige uma governança das políticas mais coerente e melhor articulada. Tal como assinala o documento da presidência, uma maior coordenação com as políticas de Investigação & Desenvolvimento e de inovação, de formação e emprego, de coesão e outras, será certamente um factor potenciador de uma PAC mais forte e de maior valor acrescentado para os cidadãos da UE.